ATA N.º 11/2025

Aos 30 dias do mês de setembro de 2025, no Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da quarta sessão ordinária do ano 2025, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Rui Manuel Martins Fidalgo, com a seguinte ordem de trabalhos:

B - Ordem do dia

3. Proposta de alteração do modelo jurídico da LIPOR, no sentido da sua transformação de Associação de Municípios para Empresa Intermunicipal.

4. Proposta de "Plano Municipal de Saúde de Espinho 2025-2030".

5. Proposta de alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho - restrição de acesso a pesados com reboque na Rua do Agro Velho na União de Freguesias de Anta e Guetim.

6. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia.

7. Aprovação de atas de reuniões anteriores.

8. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

C - Assuntos para conhecimento

- Informação relativa à prática de atos ao abrigo das autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais, relativamente à assunção de compromissos plurianuais no período de 1 de junho a 31 de agosto de 2025.

D – Período de Intervenção do Público

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, José Adolfo Carvalho Rocha, Rosa Martins Freitas Duarte, Álvaro Paulo Alves Leite, Abel Jorge Correia dos Santos, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Jorge Manuel Pinto de Oliveira Carvalho, Bruno José da Silva Morais e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim – Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro e da Junta de

Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde – José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por Fernanda Maria Guedes Bastos, Isabel Resende por Manuel Augusto Gomes Novais, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho por Pedro Tavares, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos por Manuel Cardoso Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os vereadores Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Luís Miguel Oliveira Monteiro Canelas, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião e referiu que seria transmitida em direto. Disse que tinha entrado na mesa um requerimento para intervenção do público presente, e deu à palavra a Rosa Maria Tomás Ferreira de Sá, portadora do CC 06590781 que veio solicitar, de novo, esclarecimento quanto à não comunicação da decisão sobre os requerimentos de mobilidade intercarreira de sistemas e tecnologias de informação para a de especialista de sistemas e tecnologias de informação, deixando a sua reclamação pelos acontecimentos.

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte do público, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao vogal Nuno Almendra (PSD) para um ponto de ordem à Mesa o qual referiu o seguinte: "A minha vinda aqui prende-se com o facto de, na última assembleia, ter sido interrompido pela senhora Presidente dizendo que aquilo que eu estava a dizer não era verdade, sobre a requalificação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Espinho. No passado dia 24 de maio de 2024 foi assinado o contrato entre o IHRU e a Câmara Municipal de Espinho em que na Cláusula 14, na página 9, no ponto 1 diz: "são relevantes para a manutenção do financiamento, objeto do presente contrato, as vicissitudes ou atrasos na execução do projeto que comprometem o cumprimento dos prazos constantes no anexo. O desvio do cronograma não permite a conclusão das obras até final de 31 de março de 2026 e, em qualquer dos casos, a entrega das habitações até 30 de junho de 2026." Depois, no artigo 15, em que aborda a questão do incumprimento, diz que: "constitui fundamento suscetível de determinar a resolução do presente contrato e a devolução das quantias indevidamente recebidas, acrescidas de juros de mora à taxa legal, à data da sua disponibilização, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis, alinha b) não celebração dos contratos de arrendamento ou de subarrendamento com os agregados destinatários das habitações financiadas até 30 de junho de 2026.". Ou seja, aquilo que eu disse na última Assembleia tinha razão, fui indevidamente interrompido pela Presidente com o problema de ter dito uma inverdade e que mostra o desconhecimento total sobre esta matéria e está aqui plasmada a verdade e apenas a verdade."

Presidente AME: “Ficou o registo do ponto de ordem, que não será à Mesa, mas quando muito, à Câmara Municipal.”

Entrando na Ordem do Dia passou a palavra à Câmara para apresentar o ponto Proposta de alteração do modelo jurídico da LIPOR, no sentido da sua transformação de Associação de Municípios para Empresa Intermunicipal.

Lurdes Rebelo (Vice-Presidente): “O município de Espinho faz parte da Associação de Municípios para a gestão sustentável de resíduos do Grande Porto, conhecida por LIPOR desde 1982 e dadas as novas exigências da recolha, a gestão de resíduos, a questão de reciclagem de resíduos, que torna a questão da gestão de resíduos muito complexa, só comparável à questão da gestão da água, e atendendo às diretivas europeias e à resolução do Conselho de Ministros Portuguesa, conhecida por PERSU, em 2023, vai ser necessário fazer um conjunto de novos investimentos, nomeadamente em novos equipamentos, que poderão implicar a necessidade de pedidos, por exemplo, de empréstimo para esses investimentos. Portanto, atendendo a essas questões complexas, uma das formas que a LIPOR teria de fazer essa gestão seria passar de associação de municípios para empresa intermunicipal, enquadrando, desta forma, juridicamente as questões de adaptação às novas exigências, com a cláusula de manter o cariz exclusivamente público e intermunicipal, nomeadamente no que se refere à gestão participativa dos municípios.”

Bruno Morais (BE): “Esta alteração para estrutura empresarial causa-nos uma estranheza, se bem que imposta, uma vez que me parece que vai gerar mais nomeações políticas e menos nomeações técnicas e se calhar, vamos entrar outra vez numa onda de *jobs for the boys* e não é isso que se pretende. Enquanto à associação de municípios, a LIPOR deveria manter uma natureza claramente pública, por usar da Sra. Vice-Presidente ter dito que essa natureza pública vai ser mantida, questiono se se vai manter a ligação aos órgãos fiscalizadores das assembleias municipais ou não, ou se perdermos esse privilégio, de procedermos à fiscalização do funcionamento da LIPOR. O projeto que nos é apresentado nos estatutos prevê distribuição de lucros líquidos de exercício. Como é que esses lucros vão ser implementados ou vão ser aproveitados ou investidos? Vão ser mesmo distribuídos aos acionistas? Quais acionistas? Vai haver acionistas ou não? Para nós, este modelo atual assegura o melhor na natureza pública deste tipo de serviço e a proximidade democrática, enquanto que esta alteração para o funcionamento, meramente empresarial, vai-nos criar mais opacidade, menos transparência e, provavelmente, nós aqui na Assembleia Municipal vamos deixar de fiscalizar o funcionamento da LIPOR.”

Jorge Carvalho (CDU): “Aqui começa por haver um problema de tempo, isto é, em plena campanha eleitoral vamos aprovar uma medida que se vai aplicar às câmaras que vierem depois do ato eleitoral. E implica nomeações de pessoas, salários, etc. E, portanto, manda a prudência

que este documento aguardasse pela nova Câmara e pela nova Assembleia Municipal. Relativamente à câmara, este documento passou com o voto de qualidade da sua Presidente. A causa disto é a queixa dos oito municípios que, unanimes, referem que o governo está a estrangular a LIPOR porque, todo o dinheiro de investimento é contabilizado como dívida do próprio município, sujeito a limites e tem dificuldades, está a criar dívida e não consegue saldar essa dívida. Houve uma empresa de Lisboa que fez um estudo para resolução disso e a conclusão foi que era passar a empresa municipal, não é aberta a privados só aos oito municípios. As deliberações são tomadas por dois terços dos seus membros e, portanto, se mais tarde não for alterado, permite à LIPOR conseguir contrair investimentos e funcionar melhor do que agora porque as leis foram apertando e a LIPOR ficou incapaz de funcionar. Foi aprovado por unanimidade de todos os municípios da LIPOR, em que todos se queixam de que o governo não deixa a LIPOR funcionar em condições, que é necessário criar um modelo que hoje permita sair dessa dificuldade. Normalmente votaria contra porque entendo que em campanha eleitoral não devia ser votado, no entanto, não estou contra a unanimidade da decisão dos municípios. Daí votarei a favor deste ponto.

Votação: aprovado, por maioria com 12 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções com a presença de 24 membros.

Minuta de deliberação: Alteração do modelo jurídico da LIPOR, no sentido da sua transformação de Associação de Municípios para Empresa Intermunicipal. A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício da sua competência conferida pela alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), deliberou aprovar a alteração do modelo jurídico da LIPOR, no sentido da sua transformação de Associação de Municípios para Empresa Intermunicipal, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 25/08/2025.A decisão foi tomada por maioria, com 12 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, por unanimidade, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis.

Ponto 4. proposta do Plano Municipal de Saúde de Espinho, 2025-2030.

Lurdes Rebelo (Vice-Presidente CME): “Relativamente ao Plano Municipal de Saúde, como sabem, já foi apresentado no passado mês de julho, por uma questão também de operacionalização em conjunto também com a nova ULS. O Plano Municipal de Saúde teve duas primeiras fases que antecederam propriamente a elaboração do plano, que começaram ainda antes de eu ter tomado esta responsabilidade e que tiveram a ver com o levantamento dos determinantes de saúde, ou seja, das questões de saúde que mais afetavam a nossa população. A segunda fase, em priorizar esses problemas de saúde, ou seja, saber qual é que seria o que teria maior relevo e ordená-los. Isto envolvia um estudo muito profundo da nossa população,

atendendo a várias questões, como a idade, como o seu local de residência, para o qual contribuíram a faculdade de Geografia da Universidade do Porto. Portanto, foi um estudo muito profundo e finalmente elaboraram-se estratégias, em conjunto com a ULS, com todos os profissionais de saúde e com os serviços que são próprios do município, de modo a poder dar resposta aos problemas, ao levantamento dos problemas que afetavam a nossa população, que têm muito a ver também com uma característica da nossa população, que é termos uma percentagem de pessoas idosas acima da média nacional e, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil ser também mais elevada numa região específica do nosso Concelho. E, portanto, as estratégias foram ao encontro desses problemas que foram identificados e vão-se desenvolver em vários eixos, o primeiro dos quais dirigido ao coração e cérebro, portanto, problemas relacionados com estes dois órgãos, o segundo eixo músculo e osso, o terceiro eixo da saúde da mulher e da criança, depois o eixo da saúde respiratória, que vai muito ao encontro do novo Conselho de Administração da nossa ULS, que quer erradicar, por exemplo, o consumo tabágico, e depois, finalmente, um eixo transversal que se destina, digamos, a uma faixa mais alargada da nossa população e de que toda a gente pode usufruir."

Intervenções

Bruno Morais (BE): " Quero questionar o Executivo como vão levar avante este plano municipal de saúde sem orçamento. Onde é que estão previstas, quais são as fontes de financiamento para elencarem e levarem a cabo as medidas que cá estão."

Lurdes Rebelo (Vice-Presidente CME) "Algumas destas estratégias já estão em funcionamento, ou seja, não foi pelo facto de tornarmos o plano escrito e disponível a todos que nos impediu de começar a implementar algumas das estratégias. E já contamos com, por exemplo, financiamento, o PRR, para algumas destas estratégias, principalmente da saúde mental, e que está a ser de muito a utilidade e agrado da nossa população. Em relação a outros serviços, na Câmara Municipal dispomos de vários equipamentos e várias pessoas diferenciadas e que podem responder a algumas das estratégias delineadas. As restantes são mesmo com a ajuda da ULS."

Bruno Morais (BE): " Analisando este documento, o processo participativo que esteve na gênese deste plano municipal de saúde parece muito positivo. A caracterização evidenciada no início do documento mostra com clareza os graves problemas de saúde que afetam a população de Espinho, e sobretudo denota uma coisa, que nós em termos de saúde não temos coesão territorial, temos disparidades totais nas freguesias de problemas de saúde que têm de ser combatidos. Este plano municipal revela lacunas profundas que nós deixam em dúvida se será possível levar a cabo e mantê-lo no futuro porque o orçamento não está a cá previsto no plano municipal. Temos recurso ao PRR e quando acabar, como é que vamos manter essas medidas em funcionamento? A ULS vai ter fundos suficientes para investir em Espinho ou terá de ser a Câmara

Municipal a investir de fundos próprios?. Este plano omite aqui algumas coisas que nos preocupam também. O Concelho de Espinho tem carência de profissionais, como é comprovado no quadro número 2 do documento, apenas possui 24 médicos para 31 mil habitantes, o que não é mau, mas tirando as especialidades perdemos aqui alguns rácios que são importantes para a saúde dos espinhenses. Era importante que estivesse neste plano municipal o aumento do número de médicos e enfermeiros de família, como é que ele vai ser feito? Como é que vamos reforçar as equipas de saúde mental comunitária? Se vamos ter estratégias com outras entidades privadas, por exemplo, os centros sociais para reforçar a saúde mental, e como é que vamos melhorar os acessos e reduzir o tempo de espera? Porque escrever isto é muito fácil, mas depois com o aumento do tempo de cada consulta nos médicos de família, em que por cada 5 minutos retira 2 consultas por hora. Como é que vamos ultrapassar isso? Vamos recorrer à teleconsulta? Não vi nada previsto neste plano municipal. Para nós vai ser difícil aprovar este projeto por falta do orçamento. A nossa proposta seria adiar esta votação até termos um orçamento que acompanhe este plano municipal de saúde, senão vamos abster-nos porque é um plano importante e apesar desta falha orçamental, conseguiu fazer uma excelente caracterização do Concelho e apresenta algumas medidas que são válidas.

Lurdes Rebelo (Vice-Presidente CME): "Eu queria só reforçar a ideia de que, pelo menos para já, não há necessidade de reforço orçamental, porque, como já disse, algumas ações já estão a decorrer e outras que são necessárias estão dentro das nossas possibilidades de executar, por exemplo, prevê-se a prescrição de percursos pedonais. O que está ao alcance da Câmara está salvaguardado. A única coisa que poderá ser mais difícil é a questão da saúde mental e, para isso, já nos candidatámos a um novo fundo no âmbito do 2030, porque tínhamos até o final deste ano garantido esse financiamento e agora submetemos a candidatura para continuar essa resposta e também trabalhamos em rede."

Leonor Fonseca (Vereadora CME): "Também no âmbito do "projeto Convida Mais 65" e porque temos presente a saúde, conseguimos que os médicos de saúde que abrangem os nossos territórios façam agora aquilo que se chama prescrição social que tem levado a um aumento das caminhadas, das atividades lúdico-pedagógicas e culturais, como sejam o *Tricotar Histórias*, que é um projeto que está a ser levado a cabo já há alguns anos na nossa Biblioteca Municipal Marmelo e Silva e outros projetos que têm em vista, com essa prescrição, melhorar a condição de saúde mental sem recorrer a fármacos. Para isso reunimos a rede social e todas as instituições colaboram ou com canto ou com música ou com contos ou com atividades manuais no sentido de ocupar essas pessoas, combater o seu isolamento e com isso melhorar a sua saúde mental."

Jorge Carvalho (CDU): "Os problemas disto é que, primeiro continuamos ligados a Gaia-Espinho e, portanto, Espinho passou a um papel secundário, passou a ser um dormitório de Gaia. Um dos principais problemas do país é a saúde e a posição do governo neste aspeto, como outros, é

empurrar com a barriga para os municípios e, a partir daí, é o município que é o responsável por aquilo que falha, fazendo-lhes uma promessa, que estejam descansados, que a Europa vai pagar tudo, mas na verdade, não paga o necessário, ninguém diz quanto é que Portugal tem de contribuir e quanto é que dá para a União Europeia, não se fala qual é os milhões de euros que vão daqui para lá, só se fala nas promessas dos milhões de euros que podem vir de lá para cá. A Câmara contenta-se, com, vamos resolver o problema da saúde da população dando-lhes música, dando-lhes contos, fazendo umas histórias, entretendo o pessoal, para que o pessoal não se preocupe muito com os seus problemas de saúde, e, não sei, a percentagem dos doentes mentais que existe neste concelho, mas o que é certo é que quando se fala em saúde, a pessoa não está preocupada em dizer que vão acompanhar as pessoas que estão sós, vão acompanhar as pessoas que têm problemas mentais, porque quando se fala em saúde nós pensamos em duas coisas, medicamentos e intervenções cirúrgicas. Isto para dizer que, embora Espinho seja um concelho pequeno, a maior freguesia é a de Anta Guetim, depois Espinho, depois Paramos e Silvalde. Parece-me que este plano local de saúde é mais um do costume, isto é, para entreter o pessoal, criar expectativas, agora é que vai ser, daqui a 15 dias já há outro executivo, agora é que vai ser, e vamos andando nisto sem os problemas serem resolvidos, porque não me parece que seja um plano sério capaz de resolver o problema da saúde dos Espinhenses. Todavia, para que não digam que eu estou sempre de contra, eu vou abster-me, porque eu acho que este plano vai ser um desastre, não vai funcionar nada."

Nuno Almendra (PSD): "Relativamente à amplitude temporal deste plano, pergunto se os 5 anos, são um imperativo legal ou é uma opção do Executivo? Concordando com o Vogal do Bloco de Esquerda, acho que era importante termos um plano financeiro ainda que estimado, tendo em conta que são 5 anos e pode haver aqui oscilações financeiras, mas era importante este plano de saúde ser acompanhado por um plano financeiro de investimento para que tenhamos todos noção do que estamos a falar. Relativamente à questão do PRR, eu não sei se aquilo que a Sra. Vice-Presidente falou está incluído nos projetos Mais Saúde e Mais Saúde Segunda Fase. Acontece que dados do início de setembro, relativamente ao plano Mais Saúde, que foi aprovado em 3 /11/2022, ainda não foi pago nenhum valor dos 746 mil euros contratualizados e do plano Mais Saúde Segunda Fase, aprovado em 20 de maio de 2024, no valor de 2.441.000 euros, também ainda não há nenhum valor pago. Estamos a falar de 3,18 milhões de euros que terão de ser executados até junho de 2026. Pergunto em que ponto estamos, se vamos conseguir ou não utilizar estas verbas que foram contratualizadas. Eu li atentamente o plano e gostaria de saber, em termos de intervenções, o que este plano prevê para a saúde oral."

Teixeira Lopes (PS): "A primeira questão é que eu julgava que estávamos a falar do plano municipal de saúde e rapidamente foi transformado na política nacional de saúde. Não é isso que estamos a discutir, mas possivelmente o que Espinho pensa ,sobre o ponto de vista da Assembleia

Municipal, em relação à saúde municipal. E a grande questão é defender os interesses municipais. Trata-se de saber se, efetivamente, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e todas as estruturas municipais estão a favor do plano nacional de saúde aplicado aqui em Espinho. Não estamos aqui a discutir a política nacional de saúde do Governo, mas a política municipal e é preciso saber se é eficiente ou não é? Se é boa ou não é? Do que necessita a política municipal para, efetivamente, colmatar estas deficiências? Sabemos que temos um hospital com características importantes, eficientes e não podemos estar a dizer mal dos enfermeiros, dos médicos, etc., e de todo o pessoal administrativo que está ao serviço da população de Espinho. E, se quisermos ser justos, temos de dizer que eles são bons, porque senão estamos a nos enganar a nós mesmos. E sou utente do Serviço Nacional de Saúde no Hospital Gaia e Espinho, e sou bem tratado, sou atendido a tempo horas, os médicos e enfermeiros que lá estão são eficientes, etc., e portanto temos de ressalvar esta matéria, porque senão estamos a ser profundamente injustos. O que nós estamos aqui a discutir é o que era possível fazer com o Plano Municipal de Saúde, como o Partido Socialista enunciou na altura da sua candidatura. E não foi feito porque é evidente que o plano proposto pelo Partido Socialista em termos municipais dependia, é evidente, do Governo Nacional. Então, se efetivamente isso não foi aplicado, naturalmente a culpa é da política de saúde que foi seguida pelo Estado e pelo Governo. Estas são as matérias que efetivamente estão aqui em discussão. Não é possível que um Concelho com a dimensão que Espinho tem, independentemente da dimensão, possa pensar que vai influenciar a política nacional da Saúde. Quero recordar aqui, que há cerca de três, quatro anos, o presidente eleito pelo Partido Socialista, Miguel Reis, convocou uma reunião onde se discutiu o Plano Municipal de Saúde e foi o Partido Socialista que iniciou, esta ideia do Plano Municipal de Saúde.

Lurdes Rebelo (vice-presidente CME): "Relativamente à questão dos cinco anos, não se trata de uma obrigação, trata-se de uma estratégia. De acordo com o levantamento das necessidades que existem na nossa população específica, temos esta estratégia. Há aqui uma questão de interpretação em que estão um pouco baralhados, ou seja, nós somos mais um interlocutor nesta questão da saúde, depois da delegação de competências. O município, claro que não está capacitado para questões de saúde, entendidas como tratamento, cirurgias, consultas, etc., porque não temos essa capacidade. Essa capacidade reside nas ULS, nos serviços médicos, em que não intervimos na gestão. Tentamos fazer a ponte das necessidades na nossa população com a nossa ULS, trabalhando em conjunto, e por isso temos voz também no Conselho de Administração da ULS. O nosso papel reside sobretudo na prevenção em questões que podemos melhorar sem chegar, por exemplo, à prescrição de medicamentos ou coisas desse tipo. Portanto, promover a saúde na sua dimensão mais ampla, inclusive melhorar o nosso ambiente citadino, que também contribui para uma boa saúde respiratória, por exemplo. Portanto, nós só podemos atuar na questão preventiva, em alguma coisa que evite, por exemplo, que as pessoas venham a ter piores resultados no que lhes respeita as suas patologias, que já existem."

Nuno Almendra (PSD): " Só me respondeu a uma questão. Relativamente aos fundos do PRR, 3,18 milhões de euros que estão aprovados, uma parte desde novembro de 2022, outra parte desde novembro de 2024, se vão ser, ou não, executadas estas verbas. Qual é a perspetiva neste momento do executivo? E não me respondeu, mais uma vez, qual é o projeto a nível da saúde oral para o município. Sobre o referido pelo vogal Teixeira Lopes, quanto ao programa do Partido Socialista não ter sido executado por culpa ou por políticas seguidas pelo governo atual, eu tenho aqui o programa do seu partido, onde se fala da reabertura da extensão da saúde da marinha. Está em execução no âmbito dos fundos do PRR. Mas também fala do Centro de Saúde de Silvalde, Centro de Saúde de Paramos, reformulação do Centro de Saúde de Espinho e expansão do Centro de Saúde de Anta. Como se sabe, todas estas obras têm financiamento garantido. E, portanto, elas não vão acontecer não é por culpa do governo, é por culpa da incapacidade e da inação de quem está à frente dos destinos do nosso executivo porque o dinheiro está disponível, os fundos no âmbito do PRR foram contratualizados, existe 1,9 milhões de euros disponíveis e prevê-se que 1,5 vai ser desperdiçado."

Jorge Carvalho (CDU): "Quero fazer uma pergunta à Sra. Vice-Presidente, que diz que a grande preocupação da Câmara é prevenir a doença. E pergunto-lhe, se prevenir a doença, não implica tapar os buracos dos passeios, tapar os buracos das ruas, porque ainda há pouco tempo vi o candidato do Chega cair num buraco aqui no Concelho de Espinho, partindo duas costelas, portanto, não preveniram o problema de saúde dele. A quantidade de pessoas que se queixam de que têm dificuldade em andar a pé nas ruas de Espinho é enorme. Se estão preocupados em prevenir a doença, a primeira coisa a começar é prevenir o acidente."

Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde: "Relativamente ao Plano Municipal de Saúde, acho que os valores referidos na página 11, não estão corretos. Onde se refere que, no município de Espinho, residem 31.043 pessoas, Silvalde tem 3.127 habitantes e Paramos 6.108, deve de estar ao contrário. Deixo a nota para correção. Sobre a referência ao Centro de Saúde da Marinha, que está a ser construído, tem outro nome, é o Centro Integrado de Saúde da Marinha, e há questões que ainda não se sabe concretamente, sendo que o executivo, por ter acompanhado o assunto, sabe o que vai acontecer. Ouve-se dizer que aquele centro não é para atender os utentes da Marinha de Silvalde, ou os normais utentes dos centros de saúde, permitindo não sobrecarregar o outro centro de Silvalde, pelo que gostava de saber se isto é verdade e qual é a finalidade daquele Centro de Saúde."

Lurdes Rebelo (vice-presidente CME): "Em relação à saúde oral, precisamente no Centro Integrado da Marinha, está prevista uma cadeira de dentista, sendo que é importante, sabendo que a saúde oral se reflete noutras questões Em relação aos financiamentos, já executamos uma parte dos financiamentos, especificamente no que diz respeito à saúde mental, que já está a decorrer há alguns meses, já teve muita emissão de faturas para pagamento dos serviços. E

também já estamos a utilizar alguma verba para fazer os projetos e executar depois as obras nas USF. O Centro Integrado da Marinha vai servir a população da Marinha e outras pessoas que necessitem dos serviços que lá vão ser disponibilizados. E sabemos que também já foi candidatado para PRR 2030 pela ULS. "

Nuno Almendra (PSD): "Relativamente à questão do financiamento, não percebo a forma vaga com que se trata um montante deste valor e tendo em conta o histórico deste Executivo naquilo que é sua atuação, quer na habitação, quer na saúde. Por outro lado, Sra. Vice-Presidente destaca a inclusão do equipamento para atender na área da Medicina Dentária, da Saúde Ural, como a novidade. Eu quero dizer que isso já existe no Centro de Saúde do Espinho há muito tempo. E portanto, eu acho que, tendo em conta que estamos a falar de um prazo de 5 anos, poderia ser-nos apresentado como é que vai, de certa forma, potencializar e utilizar este equipamento, e isso está ao alcance do município. Haja vontade, haja capacidade e haja conhecimento. Outros municípios Arouca, Braga, Guimarães, Famalicão. já o fazem. Este plano de saúde acaba por ser um plano vazio. Fala-se muito da saúde mental, fala-se muito da prevenção, mas não se consegue olhar para o ser humano num todo, e num plano para 5 anos, não olhar para o ser humano num todo, parece muito vago, é quase como gastamos aqui um bocadinho e é pouco rico. Em Portugal 7,6% da população, com mais de 65 anos, nunca foi ao médico-dentista e que 70% dessas pessoas, pelo menos, não têm um dente. E portanto, essa dificuldade que têm de aceder, tem consequências, quer a nível da fonética, o que socialmente dificulta à sua integração, má alimentação e na interação, na interferência na saúde geral do indivíduo. Por outro lado, afeta o bem-estar psicológico do indivíduo, e vai levar a uma situação de isolamento social e baixa autoestima. Talvez apostando nesta área, se iria prevenir e sendo este programa, mais abrangente, mais incisivo, utilizando os recursos que têm, em vez de dizer que vai haver um equipamento, já existe um que está subaproveitado, como sabe, e, acima de tudo, utilizar estas verbas que estão disponíveis, 3,18 milhões de euros. Eu espero que isto não seja mais um grande falhanço deste Executivo e desperdiçar milhões, que já começam a tornar-se hábito em várias áreas.

Lurdes Rebelo (vice-presidente CME): "Um plano não é rígido, é dinâmico, todas estas ideias em relação à saúde oral, podem-se estender a outras áreas que foram consideradas prioritárias na nossa população."

Presidente da Junta de Freguesia de Silvalde requereu a mesa que um extrato da ata com as últimas intervenções da sra. vereadora e também as dele, diálogo que existiu e a confirmação também.

Presidente da Assembleia Municipal: "As atas desta Assembleia costumam ser bastante completas, portanto, o registo de tudo que é dito pelos srs. vogais, pela Câmara e pela Mesa, fica

naturalmente registado em ata. Portanto, o pedido que fez naturalmente constará da ata que será aprovada na próxima sessão."

Votação: aprovado por maioria com 14 votos a favor e 11 abstenções.

Declarações de Voto:

Teixeira Lopes (PS) "A questão que hoje estivemos a votar neste momento é uma questão municipal e naturalmente nós temos de nos pronunciar como nos pronunciamos, mas com certeza a grande questão que está aqui criada é a política de saúde do governo, esta é que é a grande questão. É que nós nos esquecemos que efetivamente, sob o ponto de vista da saúde, quem governa Portugal é uma coisa que se chama governo e o Ministério da Saúde e, portanto, naturalmente, as dificuldades que nós temos aqui a nível municipal, como qualquer outro Conselho, são provenientes da deficiente política de saúde do governo. É que se nós não tivermos essa consciência, estamos a culpabilizar, digamos, a Câmara por ser inoperante, por ser incapaz, por ser incompetente, isto é profundamente injusto. É profundamente injusto. Foi por esta razão que o Partido Socialista votou, digamos, da forma como votou. "

Bruno Morais (BE) "nós abstemo-nos porque, como dissemos anteriormente, este plano não apresenta qualquer previsão orçamental, não identifica fontes financeiramente específicas, nem aloca recursos financeiros aos projetos apresentados e, por isso, para nós, estes são voláteis. Sem dotação própria, estes projetos estão sempre dependentes de candidaturas a fundos que depois nem sabemos se são validados ou não, ou ficam sujeitos à boa vontade do setor da saúde. Para nós, um plano sem orçamento é um plano sem compromisso. E vou-vos dar o exemplo. Este plano identifica com clareza que a freguesia de Paramos apresenta os piores indicadores de saúde socioeconómicas do Conselho de Espinho, com uma taxa de abandono escolar três vezes superior à média nacional e os piores, acesso aos serviços. As propostas que foram apresentadas para esbater estes indicadores são muito genéricas. Não temos aqui planos de intervenção específicas nem intensivos para a freguesia de Paramos, ou seja, Paramos vai continuar ainda mais distante das outras freguesias. E acrescento que, com a separação de Guetim, se calhar Guetim ainda vai ficar pior que Paramos.

Minuta de deliberação: "Plano Municipal de Saúde de Espinho 2025-2030" A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício da sua competência conferida pela alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), deliberou aprovar o "Plano Municipal de Saúde de Espinho 2025-2030", nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 25/08/2025. A decisão foi tomada por maioria, com 14 votos a favor e 11 abstenções. A presente minuta, aprovada pelo plenário, por unanimidade, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

ponto 5. Proposta de alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho - restrição de acesso a pesados com reboque na Rua do Agro Velho na União de Freguesias de Anta e Guetim.

Presidente CME apresentou o documento e disse que: "É um pedido de mudança da postura de trânsito e o que se pretende é que seja impedida a circulação de veículos pesados com reboque, nomeadamente que efetuem a mudança de direção na Rua do Cruzeiro para a Rua do Agro Velho. E para isso deverá ser impedida a circulação de veículos pesados com reboque da Rua do Cruzeiro sentido Norte-Sul desde o cruzamento da Rua do Cruzeiro com a Rua Rosa de Moinho e a Rua 25 de Maio. Temos consciência que a postura municipal tem de ser feita como um todo. No entanto, atendendo que este pedido estava a condicionar alguns pesados, resolvemos trazê-lo a esta Assembleia.

Jorge Carvalho (CDU): "A Câmara não sabe rever uma postura de trânsito. E continua a insistir nisto. Esta Assembleia já deliberou por unanimidade que a Câmara procedesse à alteração e ao estudo da postura de trânsito que é um texto jurídico que tem artigos e, portanto, quando se quer alterar, tem-se de ir ao artigo tal, acrescentar, retirar ou criar um artigo novo. Não se pode apenas pedir para colocar um sinal na Rua, e está feita a alteração. Quem for consultar a postura de trânsito que está no site da Câmara, vai verificar que existem na rua muitos sinais que não estão indicados na postura de trânsito, estão ilegais. Este pedido de alteração é feito por uma pessoa em 17 de maio de 2019, por haver acidentes nessa zona e que era importante resolver isso, mas a Câmara foi deliberando que não era necessário e que não era importante. Foi chamada a atenção que a Rua 25 de Maio é uma rua simultaneamente de Espinho e Santa Maria da Feira, e pretende-se fazer alteração numa rua que não é só de Espinho, devendo-se ter ouvido a Câmara Municipal da Feira também. Votarei contra esta alteração porque a Câmara não sabe apresentar um pedido de alterações à postura municipal."

Bruno Morais (BE): "Iremos votar contra esta proposta porque se baseia no novo percurso alternativo que não existia até 2021 e daí a requerente ter feito o novo pedido, mas a mesma não apresenta sequer o parecer da Junta de Freguesia da Anta e Guetim. Não nos foi dado a conhecer qualquer articulação com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, uma vez que a alternativa é desviar esta circulação dos veículos pesados articulados para rodovias daquele Concelho. E acho que por relações de boa vizinhança e por uma questão de idoneidade era importante as duas câmaras municipais articularem o seu plano municipal rodoviário e como tal iremos votar contra."

Pedro Tavares (PS): " Não vou obstar contra isto, só relembro a questão do túnel e de algumas ruas em Silvalde, que requerem uma postura de trânsito relativa à questão do bairro piscatório que se encontra na malha Urbana de Espinho e em momento algum o município se lembrou de fazer alteração àquela situação, nomeadamente questões de toponímia, que era uma discussão que estava a ser trabalhada com o arquiteto Miguel Reis e com um grupo de trabalho que foi literalmente abandonada."

Votação: aprovado, por maioria, com 7 votos a favor, 5 votos contra e 13 abstenções.

minuta de deliberação: Proposta de alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho com vista à restrição de acesso a pesados com reboque na Rua do Agro Velho na União de Freguesias de Anta e Guetim. A Assembleia Municipal de Espinho, no exercício das suas competências e ao abrigo do previsto no n.º 3 do artigo 7.º da Postura Municipal de Trânsito de Espinho (aprovada pela Assembleia Municipal em 21 de setembro de 2005), deliberou aprovar a alteração à Postura Municipal de Trânsito de Espinho com vista a: a. Que seja impedido a circulação de veículos pesados com reboque, nomeadamente que efetuem a mudança de direção da rua do Cruzeiro para a rua do Agro Velho, sendo que para o efeito, deverá ser impedida a circulação de veículos pesados com reboque na Rua do Cruzeiro, sentido norte-sul, desde o cruzamento da Rua do Cruzeiro com a Rua Rosa do Moinho e Rua 25 de Maio, efetuando-se a circulação de veículos pesados com reboque pela Rua 25 de Maio. Para o efeito deverá ser colocado no cruzamento referido e na Rua do Cruzeiro o sinal de trânsito C3B – Trânsito proibido a automóveis pesados; b. Que seja impedido a mudança de direção de veículos pesados com reboque da Rua do Agro Velho para a Rua do Cruzeiro, com a colocação de sinal de trânsito C11A – Proibição de virar à direita, com informação que essa proibição é para veículos pesados de mercadorias, através de placa adicional modelo n.º 11e, nos termos da proposta apresentada pela Câmara Municipal de Espinho, aprovada em sua reunião ordinária de 14/07/2025. A deliberação foi tomada por maioria, com 7 votos a favor, 13 abstenções e 5 votos contra. A presente minuta, aprovada pelo plenário, por unanimidade, possui os devidos efeitos executórios nos termos legais aplicáveis."

Declaração de voto.

Teixeira Lopes (PS) "Eu voto contra porque o poder político, municipal, nacional, como quiserem, normalmente tem em pouca conta os interesses particulares. E muitas vezes enganámo-nos na interpretação que fazemos desses deveres, direitos particulares das populações, nomeadamente da freguesia, paroquiais, etc., como quiserem classificar. E por essa razão eu fiquei com dúvidas em relação a uma certa, "prepotência" do poder municipal em relação ao poder das freguesias que não teve em conta, os interesses dos fregueses, dos vizinhos, das necessidades particulares das freguesias. E quando nós não temos isso em conta, necessariamente que não estamos a defender os interesses de todo o povo concelhio. Podemos estar a favor de um interesse superior, que é o interesse municipal, mas devemos ter sempre em conta os interesses particulares das freguesias dos vizinhos. E isso é uma coisa que me pareceu ser escamoteada nesta deliberação."

Não tendo dado entrada qualquer documento para o Ponto 6, passou-se ao ponto 7. aprovação de atas das reuniões anteriores.

As atas n.ºs 5/2025, 6/2025, 7/2025, 8/2025 e 9/2025 de 29 de abril, 7 de maio, 18 de junho, 30 de junho e 16 de julho, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade dos vogais presentes nas reuniões a que se reportam as atas em questão.

Ponto 8. apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara sobre a atividade do órgão e dos seus serviços.

A presidente da Assembleia Municipal relembrou a forma como é feita a discussão deste ponto e deu a palavra à Presidente da Câmara para fazer a apresentação do documento.

Presidente CME " A informação escrita diz respeito ao período de 1 de junho até ao dia 31 de agosto, em que foram feitas várias atividades de verão, em que se comemorou o Dia da Criança, viagem de finalistas, em que se realizaram várias atividades desportivas nas nossas areias, algumas atividades lúdicas e, portanto, foi um período mais de férias. Estou a disposição para as perguntas que entenderem fazer,"

Bruno Morais (BE): "Primeiro, com o aproximar das eleições autárquicas, já no próximo dia 12, questiono como é que está o pagamento aos cidadãos que estiveram nas mesas nas últimas eleições, que ainda não foram efetuados. A segunda questão que lhe faço é qual foi o motivo que levou ao atraso na obra da envolvente da Academia de Música, de Espinho, Escola Sá Couto e Piscina Municipal que esteve parada desde o dia 15 de julho e foi retomada apenas quando iniciou o período letivo. E depois, dar-lhe aqui uma nota de desagrado, depois de ver o debate do JN TSF, em que a Sra. Presidente anunciou que as estações elevatórias estariam todas a trabalhar. Ora bem, as informações que nós temos não são oficiais, não foram divulgadas pela Câmara, são que oito estações elevatórias não estão a funcionar e que há três que estão em sobrecarga, estão a trabalhar 24 horas por dia.

Presidente CME: "Em relação ao pagamento das últimas eleições, não tinha esse conhecimento. Mas não é uma situação inédita, porque a maior parte das eleições só se recebe praticamente nas vésperas da eleição seguinte. A Praça Carlos Moraes Poeta esteve parada porque houve férias da empresa que nós não conseguimos controlar e porque as válvulas que pretendiam colocar, não eram as adequadas, de acordo com o nossos serviços de ambiente, não cumpriam com as últimas normas, pelo que se tomou a resolução de substituir as válvulas. Suspendeu-se os prazos pelo que os prazos de execução não foram ultrapassados. Este sábado foi feito o bypass já para a nova rede. Agora é só nivelar pavimentos e alcatroar. Em relação às estações elevatórias, eu não tenho essa informação. Temos de saber realmente o que se passa e não é dizer que há alguém que tem essa informação"

Jorge Carvalho (CDU): "Hoje, é a última vez que eu falarei nesta Assembleia Municipal. A partir do dia 14 de outubro, já não poderei ser sequer eleito para a Assembleia Municipal. Comecei em 1976, já fiz dois mandatos em Silvalde, um mandato em Guetim, um mandato na Área

Metropolitana do Porto e agora cheguei ao fim da caminhada. Claro que este ponto é de apreciação da informação da Sra. Presidente. Eu não queria e não quero acabar a minha intervenção na Assembleia Municipal a dizer mal da Sra. Presidente, mas vou-me calar, porque, bem, também não posso dizer. E, portanto, para que não digam que as últimas palavras que eu tive na Assembleia Municipal foi a dizer mal da Sra. Presidente, não digo nada."

Nuno Almendra (PSD): "Hoje estamos a apreciar a última informação escrita deste Executivo eleito pelo Partido Socialista e da atual Presidente da Câmara. Ao ler a introdução, fiquei cada vez mais convencido que este Executivo e a sua Presidente vivem simultaneamente dois sentimentos, a negação e a ilusão. A negação porque não conseguem aceitar a realidade, a realidade de terem desperdiçado dezenas e dezenas de milhões de euros em áreas tão importantes para o Concelho, mas acima de tudo para os espinhenses, habitação, saúde e ensino são um exemplo vivo deste desperdício. A ilusão porque a Câmara Municipal está a ser gerida com base em expectativas e crenças que não correspondem à realidade. Nesta mesma introdução, que para ser correto deveria se chamar Manifesto Eleitoral, destaco esta mensagem: "Requalificamos ruas e espaços públicos. Reforçamos a rede de equipamentos escolares e desportivos. Apostamos na cultura, no associativismo, na mobilidade sustentável e na coesão territorial. Trouxemos a saúde mais perto das pessoas. Defendemos o nosso património. E garantimos que nenhuma freguesia ficou esquecida, nenhum espinhense ficou para trás. Fizemos tudo isto com contas em dia e com investimento recorde." Esta mensagem é a prova da ilusão e da negação que está patente neste Executivo face ao estado atual do Concelho. Efetivamente, é isto que os espinhenses esperam de um presidente de Câmara e da sua equipa. São estes os pressupostos que devem servir de base a uma candidatura e que obrigatoriamente devem estar cumpridos no final de um mandato. A comunidade tem de estar no centro de tudo. As soluções que realmente geram prosperidade têm de partir das pessoas. Tem de ser sentidas pelas pessoas. Tem de servir as pessoas. Num mundo em mudança, com equilíbrios de poder a sofrerem transformações como nunca vimos no passado, são os poderes autárquicos que fazem a diferença. Se olharmos para tudo aquilo que são as prioridades, demografia, coesão territorial, organização e modernização do Estado, captação de investimento e difusão da cultura, todas elas são impossíveis de cumprir sem o contributo indispensável do poder local. O Grupo Municipal do PSD pautou a sua ação nesta Assembleia por uma postura construtiva e responsável durante estes anos. Apresentamos recomendações, apresentamos sugestões e apresentamos soluções, mas também alertamos para os riscos que Espinho corria se continuasse nesta trajetória. Teria sido possível mudar a rota, mas infelizmente não aconteceu. O Estado do Concelho está à vista, a frustração das pessoas é evidente e o futuro será ainda mais difícil. Estou certo de que, com experiência e competência, o futuro de Espinho será certamente mais risonho. O Partido Socialista e a atual Presidente deixaram inevitavelmente uma marca no final deste mandato, a marca das oportunidades

perdidas, a marca de um território descuidado, de um Concelho que não soube aproveitar as oportunidades que tinha ao seu alcance para crescer, inovar e evoluir. Para terminar esta minha intervenção, gostaria de deixar duas notas. Foram quatro anos muito enriquecedores para mim. Conheci aqui novas pessoas, adquiri novos conhecimentos que me fazem acreditar que é possível ou melhor. A política para mim é uma missão, um ato nobre que só faz sentido se ajudarmos uma comunidade a crescer, se defendermos os interesses das pessoas e proporcionarmos qualidade de vida e bem-estar. A política não pode nem deve ser encarada como uma dependência, nem deve servir para alimentar egos. Alguns tentaram me colocar o selo de desonestidade intelectual, mas conheço alguns que têm a caderneta cheia e têm muito mais selos do que eu. Por último, agradeço a todos os vogais desta Assembleia, em especial ao grupo do PSD. Agradeço à mesa da Assembleia, na pessoa da sua Presidente, que de uma forma respeitosa garantiu dignidade institucional aos trabalhos desta Assembleia. Assim despeço-me com um até já, deixando uma palavra de apreço a todos os que não vão continuar, em especial ao Dr. Jorge Carvalho, que me habituei desde cedo a ouvir, com intervenções que enriqueceram o debate e às quais não ficamos indiferentes. Muito obrigado."

Paulo Leite (PSD) "Boa noite a todos. Nesta que será também, talvez, a minha última intervenção nesta Assembleia, pelo menos neste mandato, julgo que é importante deixar aqui algumas palavras que julgo ser importantes para todos. Em primeiro lugar, e não esquecer, um agradecimento ao Vogal Jorge Carvalho por todo o trabalho que executou ao longo de todos estes anos nesta Assembleia. Foi sempre, na minha perspetiva, um vogal com capacidade de intervenções de nível superior, de grandes intervenções, não terá sido sempre perfeito, mas julgo que deixa uma imagem de excelência nesta Assembleia Municipal, com intervenções muitas vezes, muito completas, muito assertivas, e, não obstante, pertencer a um grupo partidário, que não é de facto o meu, vou deixar aqui um reconhecimento pela qualidade que soube sempre aqui apresentar. Quanto a este mandato, vou deixar aqui uma nota daquilo que foi este mandato. O Partido Socialista ganhou as eleições nas últimas eleições, portanto formou a sua equipa na Câmara, teve a sua equipa na Assembleia Municipal, e a história é conhecida, o mandato de facto foi muito infeliz, principalmente para Espinho. O que aconteceu ao presidente eleito, a situação que ocorreu e que será naturalmente resolvida pela justiça, foi de facto uma tragédia para o Concelho. A verdade é que este mandato, que foi do Partido Socialista até há muito pouco tempo, portanto a Câmara foi do Partido Socialista, nos últimos meses houve de facto o afastamento do Partido Socialista relativamente à Câmara, e portanto também o que me parece é que a análise que deve ser feita é aquela de que o que aconteceu de bom ou de menos bom no Concelho durante estes quatro anos é efetivamente do Partido Socialista, porque se na altura em que houve a saída do presidente, a sua substituição foi feita por responsabilidade do Partido Socialista, por escolha do Partido Socialista, que não optou por fazer aquilo que na altura defendi, que era devolver a voz aos espinhenses. Mas a verdade, e para ser justo, é que alguém em nome do Partido

Socialista pegou nesse barco, nessa situação muito difícil, alguém foi capaz de pegar, e bem ou mal, já vimos que muitas coisas de facto não esteve bem, mas a verdade é que teve a coragem de pegar numa Câmara numa situação difícil, mas foi difícil para todos, inclusive para todas as bancadas desta Assembleia, e uma equipa que foi capaz de, conforme pôde e soube, gerir os destinos desta Câmara Municipal procurando, acredito eu, fazer o melhor que estava ao seu alcance. Pela minha parte e pela nossa parte do PSD, nós apresentámos, como foi dito aqui pelo vogal Nuno Almendra, propostas, fizemos as nossas críticas, fizemos as nossas sugestões, lutámos por aquilo que acreditávamos, sempre em prole, sempre à procura de fazer aquilo que fosse melhor por Espinho. Aquilo que de facto aconteceu não me parece que seja correto, que o Partido Socialista se desloque completamente, pondo as culpas em quem, num momento difícil, agarrou nas coisas e foi capaz de procurar governar uma Câmara numa situação em que ficou, e a situação em que ficou foi naturalmente porque o Partido Socialista assim tomou essa decisão. Portanto, chegamos a um final do mandato em que há coisas que estão bem, coisas que estão menos bem, nas votações que hoje vimos nos últimos documentos, optámos ou por nos abster ou por votar contra, porque de facto este não é o momento para votar documentos. É o momento em que a palavra vai ser devolvida aos espinhenses, que irão olhar para as listas que se apresentam, e neste momento as listas que estão a apresentar-se, e eu neste momento estou completamente à vontade, não sou candidato a nada, a dispersão que hoje temos em termos de candidaturas não me parece que seja favorável a Espinho. Parece-me que poderá haver um resultado em que seja difícil governar a Câmara ou governar este Concelho com, a capacidade suficiente para implementar medidas fortes e que possam recolocar o Concelho no caminho que merecia estar e do qual não deveria ter saído há quatro anos, essa de facto é também na minha opinião. A minha análise é que nestas eleições todas as candidaturas se apresentem com o objetivo de lutar por Espinho, de fazer aquilo de que Espinho necessita que seja feito. Que seja o primeiro interesse de todos os grupos, de todos aqueles que concorrem, que o interesse seja o bem do nosso Concelho e não a favor daquilo que são estratégias partidárias. Este mandato não foi bom para Espinho, correu bastante mal. Houve coisas que foram feitas, houve coisas que não foram feitas. De facto, devo dizer, no caso dos terrenos da Lomba, o Partido Socialista fez muitas inaugurações, o PSD teve um mandato e não conseguiu também lá fazer nada. É inteiramente verdade. Seja feita a justiça como ela deve ser feita. Nos mandatos do PSD, esse problema também não foi resolvido, como agora também não foi. De facto, perdeu-se muito investimento, devia haver mais, mas é melhor haver qualquer coisa do que não haver nada. Aparece qualquer coisa, finalmente. E para quem é presidente de uma junta, devo dizer que concordo consigo também, que apareça alguma coisa. Eu continuo a achar que o mandato dos 12 anos do PSD foi positivo, francamente positivo, isto foi menos. E tenho de admitir também, com a necessidade intelectual que devo ter, de que este mandato, que foi assegurado a partir do meio de mandato por uma equipa de pessoas que procuraram fazer o que podiam e sabiam, foram muito criticadas

por mim, inclusivamente, mas que eu espero que tenham aprendido. Chegam ao final do mandato com muito desgaste, mas eu julgo que é preciso fazer a justiça de reconhecer que pegaram numa situação complexa, muito complicada, que alguém as mandou fazer isso, alguém as mandou para a frente, e na verdade, na ponta final, deixam-nas sozinhas. A verdade é que não pode dizer-se que foi apenas e só culpa de quem esteve no Executivo. Foi culpa do partido que elegeu, foi culpa do partido que lá colocou estas pessoas e, portanto, esse partido não pode nem deve eximir-se desta situação. O Partido Socialista tem, de facto, muitas responsabilidades em tudo isto. E, portanto, eu espero que daqui para a frente e até às eleições, que os eleitores tenham a capacidade de perceber o que é que realmente cada força política vai propor. Nesta minha última comunicação, enquanto membro desta Assembleia Municipal, porque como sabem não sou candidato, deixo o desejo de que seja eleita uma Câmara que de facto faça por Espinho aquilo realmente precisa, que seja alguém que olhe, efetivamente, pelos destinos deste Concelho. Muito obrigado."

Teixeira Lopes (PS) "A Assembleia Municipal de Espinho, na última sessão deste mandato. Depois desta intervenção, repararam que eu vim cabisbaixo, porque efetivamente se esqueceram de dizer que quem ganhou as eleições foi o Partido Socialista, ponto final. E podemos criticar o Partido Socialista e devemos, com certeza autocriticarmos, como eu autocritico o Partido Socialista. Agora, não se ponham de fora, digamos, do mau governo anterior. É que nós estamos a falar não de um mandato ou de dois. É que se estivermos a falar do último mandato necessariamente que temos de falar, que efetivamente aconteceram peripécias neste mandato que eram, digamos, impossíveis de calcular. E isso criou alguns problemas necessariamente ao Partido Socialista em primeiro lugar. Nós não vamos aqui esquecer que o presidente da Câmara, Miguel Reis, foi detido por suspeitas de corrupção, e que se nós estivermos a ocultar isto, digamos assim, não estamos a ser sérios. Agora, vamos ver o resultado do que é que o Tribunal vai decidir. E, se calhar, vamos ter algumas pessoas aqui a ter de se redimir das acusações que fizeram, sem fundamento, mas apenas porque pensaram que era importante, ou era oportunista político, digamos, condenar apressadamente um presidente da Câmara, que possivelmente se vai defender em Tribunal, pensámos eu que sim. Eu recordo que, nesta Assembleia, a única pessoa, que quando ele foi detido, fui eu que disse que só o julgamento, só o processo, iria determinar definitivamente se ele era culpado ou não. Mas temos aqui alguém que efetivamente saiu agora aqui deste lugar e já o condenou, mas não foi só hoje, já o tem condenado várias vezes, o que renego porque isso não é um comportamento próprio de alguém que está numa Assembleia Municipal. Condenar alguém que não foi ouvido, que ainda não transitou em julgado, e que decorre daí, o elogio que foi feito à Câmara que o substituiu. E então a Câmara passou a herdar, digamos assim, a crítica que ele acabou de fazer. Que quero vos dizer que é uma massada autêntica. Ouvir aquele senhor a falar é uma massada, porque não diz coisa com coisa e serve apenas para insinuações próprias de quem tem uma mentalidade, esdruxula. A Câmara pode não ser a melhor do mundo, procurou governar em condições, então tivemos aqui várias assembleias

em que procedemos a uma coisa normal, que é o voto democrático. E o que aconteceu é que todas as vezes que foram sujeitas ao voto democrático, a Câmara foi vencedora. Agora vamos ter um ato eleitoral e esta Câmara, ou quem a representa, vai ser julgada. O Partido Socialista sujeita-se a isso e vai a eleições democraticamente como lhe compete e vai com certeza, contestar algumas das disposições, algumas das diretivas da política seguida por esta atual Câmara, mas não vai dizer mal da Câmara, vai assumir a sua candidatura como responsável. E o Partido Socialista agora perdeu direitos porque o seu principal candidato, o arquiteto Miguel Reis, foi detido e esteve vários meses detido? Então por essa razão, foi renegado, disseram mal dele, antes de ele ser constituído réu e julgado como está a ser. Eu quero saber quando isto acabar, o que é que estes senhores que andaram aqui a dizer, vão dizer do arquiteto Miguel Reis. Até dá a impressão de que ele é um bandido, que é um gangster, que é um corrupto. Eu já ouvi coisas espantosas aqui. E não têm vergonha de fazer acusações sem culpa formada, sem transitar em julgado. Como podem ser vogais numa Assembleia Municipal quem faz acusações deste tipo? Em relação à questão do Partido Socialista, o que é que as pessoas esperavam do Partido Socialista? Que desistisse, acusasse o seu líder, comungasse das acusações que lhe eram feitas, que não defendesse o programa do Partido Socialista municipal. Se nós fizéssemos isso, devíamos ter vergonha na cara e nunca mais aparecer aqui na Assembleia Municipal. Nós temos de defender, independentemente de termos mais razão ou não, temos de defender, aquilo que nos propusemos realizar na candidatura que o Partido Socialista fez. E o Partido Socialista, independentemente de ter razão ou não ter razão, foi o eleitorado que votou favoravelmente para que ele tivesse poder. Um indivíduo que está na oposição tem os mesmos direitos de quem está no poder. A democracia implica divergência de opiniões e isso julga-se através das eleições, não há outro processo. imaginem bem o que seria o poder, com indivíduos como aquele que está ali sentado, que me precedeu. Era persecutório, era um indivíduo que só ele é que tinha opinião, era a negação da democracia."

Paulo Leite (PSD) protesto: "Sr. Vogal Teixeira Lopes, dirijo-me a si, não como aquele que está ali sentado, mas a si, ao nome, dizendo-lhe duas coisas muito relevantes. Em primeiro lugar, eu não julguei ninguém aqui, alguém ouviu julgar alguém? Eu disse, fui muito claro, a justiça fará o papel que tem de fazer, não somos nós, nem eu. Quanto à democracia, pelo que se pode ver, não devo ser eu que estou com algum problema. O senhor hoje teve um comportamento na bancada em que falou, incomodou toda a gente e ninguém lhe disse nada. Sr. vogal Teixeira Lopes, o senhor não tem razão, ninguém acusou o senhor arquiteto Miguel Reis do que é que fosse, isso é justiça que tem de o fazer. O que eu aqui disse foi que o Partido Socialista tomou a opção de continuar o mandato do arquiteto Miguel Reis através da Câmara que cá ficou, e também que, na minha opinião, deveria ter sido devolvida à palavra aos espinhenses. Não sei onde é que o senhor ouviu isso, mas não foi aqui, nem foi da minha parte. E, por outro lado, as faltas de respeito que o senhor

aqui teve com a minha pessoa, são dignas do senhor apresentar um pedido de desculpas, porque aquilo que o senhor fez é indigno. Eu estive ali calado, ouvi com atenção, indignado também, mas fui capaz de estar calado e deixar chegar a minha vez e vir dizer-lhe, o senhor não tem razão. Devo dizer-lhe até que vou desculpá-lo, porque eu até compreendo que tem algumas questões pessoais que possam estar a afetar, o seu discernimento, e eu vou aceitar isso. Mas queria só que ficasse muito claro para toda esta assembleia que as acusações que fez são injustas, são incorretas. Portanto, acho que não lhe fica mal admitir que se excedeu, não esteve bem, e que aquilo que disse aqui não foi correto, e nem sequer foi dito. Pela minha parte, eu vou fazer de conta que isto não aconteceu, porque não vale a pena continuar a falar sobre isto. Ninguém ouviu nada disso."

Abel Santos (PSD) " Aproveitar, a ser também a minha última intervenção, não tanto para fazer referências à informação escrita, mas muito mais dirigir-me a Sra. Presidente da Assembleia, a Sra. Presidente da Câmara, aos Srs. vereadores, Srs. vogais, minhas senhoras e meus senhores. Hoje chega ao fim um ciclo desta Assembleia Municipal. Começo por agradecer a todos que confiaram em mim na altura da eleição e me permitiram este privilégio enorme de servir a nossa comunidade neste espaço de debate e de construção democrática. Procurei sempre exercer estas funções com humildade, respeito e sentido de responsabilidade. Aprendi muito com todos. Não só nas convergências, naturalmente, mas também, e acima de tudo, nas divergências. Levo comigo a certeza de que o diálogo e a cooperação são sempre o melhor caminho para servir o Espinho e os Espinhenses. Não posso deixar de destacar o relacionamento positivo e enriquecedor que mantive com as diferentes forças políticas representadas nesta Assembleia e também com o executivo municipal. Apesar das naturais diferenças de opinião e algumas discussões mais vivas, encontrei sempre abertura para o diálogo, para confronto saudável de ideias que, no fundo, contribuiu para o meu crescimento pessoal e também político. Esta convivência democrática mostrou-me onde há respeito e espírito construtivo todos ganhamos, sobretudo a comunidade que servimos. Permitam-me ainda uma palavra de reconhecimento ao Vogal da CDU, Dr. Jorge Carvalho. Também durante algumas sessões tivemos umas discussões mais acesas ou troca de opiniões mais acesas, mas sempre, com todo o respeito, como não poderia deixar de ser. Ao longo dos anos que todos o conhecemos, o contributo que deu ao exercício democrático neste órgão e pelas outras Assembleias de Freguesia, também por onde passou. Igualmente agradecer a todos os trabalhadores da Autarquia e desta Assembleia pelo apoio e pela dedicação, sem os quais o nosso trabalho não seria possível. Saio com a serenidade de quem procurou dar o melhor de si e com a humildade de reconhecer que há sempre mais a fazer. Desejo a todos que irão permanecer e aos novos que irão chegar a esta Assembleia, que continuem esta missão de interesse maior, Espinho e os Espinhenses. Muito obrigado."

Presidente de Câmara " Só umas breves notas. Em relação principalmente à negação e à ilusão, nós muitas vezes não vemos a nossa própria negação e a nossa própria ilusão. E apenas sabemos falar dos financiamentos perdidos, do que podia ter feito e não foi, até com algum comportamento um pouco compulsivo, para falar sempre da mesma forma. O estado atual do Concelho não ficou assim em dois anos. Quando tomei conta da Câmara Municipal, assumi e fizemos muita obra, tenho humildade de dizer que não foi fácil. Os acontecimentos foram terríveis. Foi preciso trabalhar bastante, foi preciso abdicar de muitas coisas e foi, sobretudo, preciso ter muita coragem, coragem essa que a maior parte das pessoas nem tem noção. Perdemos algumas coisas, ganhamos algumas. Há muitas pessoas que pensam que eu não tenho humildade, mas tenho e bastante, e digo, com humildade, que aprendi bastante nesta casa. Ao contrário do que possam pensar, fizemos obra e ela vai aparecer como já está a aparecer. Só que o nosso tempo não é o mesmo tempo eleitoral, foram dois anos e pouco. E por isso temos a certeza que vamos deixar melhor este Concelho. Os buracos, as ruturas não apareceram agora. Em relação ao quartel de Bombeiros, se tivesse tomado nota quando foi aprovado o orçamento municipal, em novembro, dezembro, o empréstimo, já não existia porque tomamos a decisão quando verificámos que era preciso suster paredes, porque o nosso objetivo era manter exatamente igual o quartel de Bombeiros, paramos com o objetivo da conceção construção e contratar processos, projetos de engenharia, de arquitetura e de especialidades e automaticamente, tomamos a decisão de abandonar o empréstimo. Já foi feito o estudo geotécnico do terreno e está a decorrer as especialidades para aquele quartel, para a habitação jovem. Empréstimos, como aquele podemos fazer em qualquer momento, e até arranjarmos mais vantajosos. Conseguimos ir aos financiamentos que nos foi possível. Vamos fazer requalificação no Bairro de Paramos, estamos com obras a decorrer nas estradas, uma que é estruturante, para Guetim e para a Idanha que já começou, temos a Rua 15 contratada, só não começou por falta de mão de obra. Os Presidentes das Juntas, com as verbas que lhes foram transferidas para arruamentos, estão a fazer a obra, como é o caso de Paramos. Portanto, o Concelho não está pior, nem está perdido, está bom, recomenda-se, sei que queremos sempre mais e melhor, mas temos um Concelho de que nos podemos orgulhar. É preciso requalificar equipamentos, que estão num estado de degradação muito grande, nós iniciamos esse projeto e estamos numa fase que eu considero de viragem, porque já estamos com esses projetos para poder requalificar equipamentos e construir obras. Ao contrário do que dizem, não foi perdido financiamento para a Escola Domingo Capela, ela foi candidatada. Para terminar, dizer que a política é uma missão que deve ser feita de uma forma muito honrada, e penso que qualquer um de nós, que tem o seu próprio emprego, o fez com muita dignidade. Obrigada, Espinho."

Presidente da Assembleia Municipal pediu para lhe permitirem usar da palavra, enquanto vogal desta Assembleia, ainda não para fazer as despedidas, mas para um voto de reconhecimento que

deve ser feito nesta Assembleia e disse: “Venho solicitar que fique registado em ata um voto de reconhecimento e homenagem ao Dr. Jorge Carvalho, vogal da CDU nesta Assembleia Municipal de Espinho. Ao longo do tempo em que aqui esteve presente, Dr. Jorge distinguiu-se pela sua seriedade, pela forma atenta e responsável com que interveio nos assuntos do município e pela coragem em levantar questões que muitas vezes não eram fáceis, mas eram necessárias. As suas intervenções foram marcadas pela frontalidade, pelo rigor e pela procura constante da transparência. Sempre em nome da defesa da comunidade espinhense. Sempre com a preocupação de que as decisões tomadas nesta órgão correspondessem ao interesse público e ao respeito devido a todos os cidadãos. Com o Dr. Jorge Carvalho, digo, aprendi, mas corrijo, aprendemos. Aprendemos que a crítica, quando é feita com convicção e fundamento, é também um serviço à democracia. A sua voz, persistente e livre, foi muitas vezes incómoda, mas sempre digna e deixa nesta Assembleia uma marca que perdurará. Hoje, nesta última sessão em que participa como vogal, não podemos deixar de reconhecer publicamente o valor do seu contributo. Em nome desta Assembleia, fica o nosso agradecimento sincero pela dedicação, pelo tempo, pelo empenho que entregou à causa pública. A democracia local constrói-se assim, com diversidade, com confronto de ideias, mas, sobretudo, com pessoas que, como o Dr. Jorge Carvalho, servem à democracia com seriedade e convicção. E assim, queria deixar ficar expresso aqui a gratidão e o reconhecimento desta Assembleia Municipal de Espinho ao Dr. Jorge Carvalho, cuja participação ativa e empenhada vai deixar marca na história democrática do Conselho de Espinho. Parabéns, Dr. Jorge, e obrigada pelo seu contributo nesta Assembleia.”

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

A informação relativa à prática de ato ao abrigo das autorizações prévias genéricas foi partilhada para conhecimento dos Srs. vogais e não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Assembleia deu a reunião por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

_____

A Funcionária Municipal,

_____